

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA: FATORES DETERMINANTES
PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Anapaula França Zanette

Tio Hugo, RS, Brasil

2009

GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA: FATORES DETERMINANTES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

por

Anapaula França Zanette

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção
do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Ms. Cláudio Emelson Guimarães Dutra

**Tio Hugo, RS, Brasil
2009**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA: FATORES
DETERMINANTES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

elaborada por
Anapaula França Zanette

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Escolar

COMISSÃO EXAMINADORA

Ms. Cláudio Emelson Guimarães Dutra – UFSM
Co-Orientador: Esp. José Padilha Damilano – UFSM
Ms. Adalberto Dutra Rossato – FAPAS
Ms. Ana Paula da Rosa Cristino – 8ª CRE
Suplente: Ms. Mariglei Severo Maraschin - UFSM

Santa Maria, 08 de agosto de 2009.

AOS PAIS

A vocês...que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade

Que me iluminaram os caminhos obscuros com afeto e dedicação, para que eu pudesse trilhar sem medo e cheia de esperança.

Que renunciaram os sonhos e desejos para que nada me faltasse...

Que possibilitaram a concretização de mais esse sonho.

A vocês, que sonharam antes de mim com este dia, jamais poderei ser suficientemente grata.

E se um dia sentires que a terra cede a teus pés, que tuas obras se desmoronaram, que não há ninguém a sua volta para te estender à mão, esquece a tua maturidade; passa pela tua mocidade, volta a tua infância e balbucia as últimas palavras que sempre te restarão na alma: Meu Pai, Minha Mãe.

A Deus:

Senhor, quão pequenos somos diante de vossa imensidão. Afinal, o senhor, mais que ninguém, nos permitiu sonhar e realizar esse momento. E, com certeza, será o senhor que guiará minha capacidade de guiar um aluno. E se o meu conhecimento não for suficiente, restará apenas o consolo que foi uma decisão sua. Obrigado senhor por ter estado e continuado ao meu lado...

Aos amigos, pais, esposo e filho:

A vocês que muitas vezes me procuraram para conversar, trocar carinhos ou até mesmo para brigar e não me acharam, desculpe, eram tantas provas, trabalhos, leituras, mas hoje podemos dizer que a presença de vocês foi muito importante e, por mais que procure palavras vai ser difícil encontrar as que realmente traduzam o que estou sentindo neste momento. Agradeço a vocês porque foram o alicerce para juntos vencermos este desafio.

Aos mestres:

Àqueles que nos transmitiram seus conhecimentos, experiências profissionais e de vida, àqueles que nos guiaram para além das teorias, das filosofias e das técnicas, expresso o meu profundo respeito que sempre será pouco pelo muito que me foi oferecido.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO ESCOLAR E FAMÍLIA: FATORES DETERMINANTES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

AUTORA: ANAPAULA ZANETTE
ORIENTADOR: JOSÉ DAMILIANO
Tio Hugo/RS, 08 de agosto de 2009.

O presente relato monográfico objetiva realizar uma reflexão sobre como a gestão escolar e a participação da família podem contribuir para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, almejando a proposta de Educação para Todos. Destaca alguns subsídios da Declaração de Salamanca (1994), na tentativa de retomar questões fundamentais, ao tratar do tema como inclusão educacional e social. A metodologia usada foi à pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, onde se procura abordar a formação do profissional, a participação da família e de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem e a necessidade de infra-estrutura adequada para as escolas. Dada a relevância que a educação representa socialmente, busca-se esclarecer alguns pressupostos no que tange à prática educativa, a fim de identificar alguns fatores que contribuam para a prática inclusiva, visando o alcance da perspectiva da escola inclusiva que almejamos. Pôde-se observar que o fortalecimento da gestão escolar passa pelo estabelecimento de um processo de integração efetivo entre escola e comunidade e essa integração é fundamental para as mudanças na organização social, nas relações familiares e no próprio papel da educação na sociedade.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Gestão Democrática.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

SCHOOL MANAGEMENT THE FAMILY: FACTOR DETERMINANT TO THE INCLUSIVE SCHOOL

AUTORA: ANAPAULA ZANETTE
ORIENTADOR: JOSÉ DAMILIANO
Tio Hugo/RS, 08 de agosto de 2009.

This monographic report aims to undertake a discussion about how the school management and participation of the family may contribute to the education of students with special needs, targeting the proposed Education for All. Highlights some benefits of the Declaration of Salamanca (1994), in an attempt to resume key issues, ink addressing education and social inclusion. The methodology used was to search literature with a qualitative approach, which seeks to address the training of professional, family and the participation of all involved in the teaching-learning process and the need for appropriate infrastructure for schools. Given the importance that education has socially, this report seeks to clarity some assumptions regarding educational practice, aiming prospect of an inclusive school we desire. It was noted that the strengthening of school management stem from of effective integration between school and community and that integration is fundamental to the changes in social organization, family relations and in the role of education in society.

Key words: Inclusion. Education. Democratic management

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Conceito de Inclusão	11
2.2 Processo Histórico da Inclusão	13
2.3 A gestão escolar e a educação inclusiva	15
2.4 A Importância da Inclusão Educacional e a Realidade Escolar	19
2.4.1 Ressignificando conceitos e práticas da educação especial	21
2.4.2 As alterações na organização escolar para a educação inclusiva	22
2.5 O Preconceito com a Diversidade e a Formação do Profissional	24
2.6 A Ação da Família como Fator Determinante de Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais	30
3 METODOLOGIA	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	40

INTRODUÇÃO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

No atual contexto educacional muitas discussões vêm ocorrendo entre nós educadores em relação ao problema da inclusão escolar de alunos com necessidades especiais. A questão exige uma reflexão mais profunda, ultrapassando os limites da superficialidade. Muito se tem falado, discutido, pensado sobre o assunto, embora o problema insista em permanecer. Neste sentido, é necessário compreender os fatores determinantes para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.

O objetivo geral que direciona esta investigação é o de refletir sobre como a gestão escolar e a família podem contribuir, como fator determinante, para a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais, buscando alternativas que auxiliem nesse processo e garantido uma educação de qualidade a todo indivíduo que procura a educação no ensino regular. Pretende-se também, verificar o preconceito com a diversidade e a formação do profissional.

A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa.

A escolha do tema se justifica pela necessidade de refletir a importância de uma inclusão educacional de qualidade para pessoas com necessidades especiais, verificando os fatores determinantes para que ocorra com sucesso. Incluir alunos com necessidades especiais no ensino regular, é sem dúvida um desafio para a escola e, principalmente, para nós professores, pois inclusão não significa apenas integrar alunos com necessidades especiais nas escolas de ensino regular, é um processo de transformação do sistema educacional, a transformação de pensamentos, atitudes e práticas. Sabemos da importância desse processo e justamente por isso, a preocupação em desenvolver um trabalho de qualidade vem à tona. Sabemos que essa realidade bate à nossa porta e, sendo assim, devemos nos preparar e encontrar o caminho mais apropriado para que o processo inclusivo realmente seja concretizado.

Sabemos que para atingir este objetivo é preciso a conscientização da sociedade, da família e, principalmente da atuação dos governantes em proporcionar condições e viabilizar formas e maneiras para que a escola possa ser o lugar da igualdade e respeito onde todos tenham os mesmos direitos com uma educação de qualidade.

Com base nisso, pretende-se reconhecer a importância da educação inclusiva para a sociedade e a ação conjunta dos gestores educacionais e da família como fatores determinantes para a inclusão de alunos com necessidade especiais na sociedade e mais especificamente na escola.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Conceito de Inclusão

A palavra “inclusão” deriva de o verbo incluir, originado do latim “includere”, correspondendo a inserir, introduzir, acrescentar ou abranger, inserir alguém ou alguma coisa em algum lugar. Na prática, a maioria dos educadores quando convocados para falarem sobre o termo designam suas explicações à inserção no sistema regular de ensino.

Ela vem sendo discutida em Seminários Nacional e Internacional nos últimos anos bem com no âmbito escolar, tendo como objetivo esclarecer e reconhecer a importância da educação inclusiva para uma sociedade.

Há grande preocupação em incluir os “diferentes” no sistema regular de ensino, pois muitos professores se perguntam sobre o conceito e a compreensão do que vem a ser inclusão educacional, onde a inclusão inicia, de que maneira trabalhar com a pessoa com necessidades especiais.

A escola inclusiva aproxima-se dos eixos norteadores da escola plural, em cujos fundamentos reconhecem-se as diferenças humanas como normais e a aprendizagem centrada nas potencialidades do sujeito. O princípio da inclusão consiste na igualdade de direitos, participação ativa e interação social, respeitando sempre as diferenças individuais. Segundo Mattos (2002, p. 86):

A inclusão passa por uma mudança no modo de vermos o outro, de agirmos para que todos tenham seus direitos respeitados e seguindo este viés, compreende-se que quando falamos sobre educação inclusiva não especificando a quem, mas, apregoando uma educação de qualidade, comprometida com cada sujeito.

É a diversidade que conduz o processo ensino-aprendizagem, são as opiniões e as divergências que impulsionam as reflexões que nos fazem crescer e amadurecer como pessoa. Cada educando aprende e se relaciona com os demais de maneira singular, pois trazemos conosco uma história, uma ideologia. Só podemos cultivar a

inclusão numa experiência inclusiva, ou seja, precisamos vivenciar a experiência, buscar e refletir sobre nossas ações. O papel da inclusão está além de aceitar as diferenças, ele tem início numa tomada de consciência por parte daquele que está mais próximo dos alunos, o educador. Este, precisa buscar algum referencial que o faça compreender a inclusão na sua complexidade, pois é esta que envolve todo o sentimento daquele a ser incluído, como também, a postura da instituição e da família frente a esta questão.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial (2001), elegem a inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular, como o caminho preferencial, admitindo formas alternativas de atendimento apenas quando essa inserção preferencial não for possível total ou parcialmente. Incluir alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas de escolarização regular não é uma política econômica, é uma política de educação e, como tal, implica inversão maior de recursos para qualificar as redes de ensino, impondo uma profunda transformação nas concepções que presidem a formação dos professores e exige uma política de formação continuada de professores já em exercício que seja capaz de produzir resultados. Sem o cumprimento dessas premissas, a inclusão será apenas uma integração ao meio escolar.

A escola inclusiva é por isso mesmo, uma escola aberta, que busca complementação para execução de tarefas em outras instituições e pronta para colocar-se à disposição para participar de projetos comunitários. Outra decorrência importante, é que a escola inclusiva, alcança a compreensão de que ela não é “inclusiva” por receber alunos com necessidades educacionais especiais, mas que ela é “inclusiva”, isso sim, por estar disposta a criar condições pedagógicas, didáticas, ambientais e curriculares, para acolher todo e qualquer aluno e acompanhá-lo em sua escolarização.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art.227)

Refletindo sobre este artigo citado acima, não precisamos de dados estatísticos para comprovar que o mesmo não vem sendo cumprido, basta que paremos alguns minutos frente a um sinal de trânsito e olhemos para o lado e, logo nos deparamos com crianças fora da escola, pedindo esmolas, vendendo doces, se prostituindo, enfim, passando por situações de alto risco. Certamente, essas crianças não conhecem esse artigo que as protege de tanta crueldade e que lhes oferece uma vida com dignidade. A lei é muito clara, lugar de criança é na escola, porém muitas crianças, sejam consideradas normais ou com alguma deficiência, não têm acesso à escolarização.

Para Oliveira (2002), pode-se conceituar a Educação Inclusiva como a que implica no processo de inclusão de alunos que apresentem necessidades educacionais especiais no Sistema Regular de ensino em todos os seus graus; é o cruzamento entre o movimento de educação inclusiva e busca de escola de qualidade para todos; existe muitos pontos que se podem considerar como fundamentais para pensar a inclusão escolar: - projeto educativo a ser alcançado, tendo com o eixo propulsor a potência desejaste, aquela que produz sentido que faz acontecer.

2.2 Processo Histórico da Inclusão

No conjunto das ações desenvolvidas e que têm como conseqüência a Educação Inclusiva, pode-se constatar os movimentos nascidos historicamente de maneiras distintas. A Educação Inclusiva, que vem sendo divulgada por meio da Educação Especial, teve sua origem nos Estados Unidos, quando da Lei Pública 94.142, de 1975, resultado dos movimentos sociais de pais de alunos com deficiência que reivindicavam acesso de seus filhos com necessidades educacionais especiais às escolas de qualidade (STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Enquanto este movimento crescia na América do Norte, ao mesmo tempo, o movimento que reconhecia a diversidade e o multiculturalismo como essências humanas começou a tomar forma e ganhar força na Europa em decorrência das mudanças geopolíticas ocorridas nos últimos 40 anos do século XX. Uma das conseqüências deste último movimento foi em 1990, o “Congresso de Educação para Todos”, em Jontiem, na Tailândia, que tinha como propósito “a erradicação do

analfabetismo e a universalização do ensino fundamental tornarem-se objetivos e compromissos oficiais do poder público, perante a comunidade internacional". (BRASIL, 2000, p.2). Nascia um movimento de inclusão mundial.

Desse compromisso, foi natural que profissionais se mobilizassem a fim de promover o objetivo da educação para todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da Educação Inclusiva, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. (BRASIL, 1994, p.5).

Então, com a presença de 92 representantes governamentais e 25 de organizações internacionais, realizou-se em 1994, na cidade de Barcelona, Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade. Suas conclusões foram registradas no documento "Declaração de Salamanca" e Enquadramento da Ação, na área das necessidades educativas especiais, e as "diretrizes para a ação a nível nacional: política e organização, fatores escolares, recrutamento e treino do pessoal docente, serviços externos de apoio, área prioritárias, perspectivas comunitárias, recursos necessários, e as diretrizes de ação a nível regional e internacional "(BRASIL, 1994, p.15).

No Brasil, as primeiras instituições se voltaram ao atendimento das pessoas surdas e cegas. Em 1854 foi criado o primeiro instituto para cegos e, em 1857 o primeiro instituto para surdos, ambos no Rio de Janeiro. A partir desta data, foram criados no Brasil alguns institutos para atendimento a pessoas com deficiência, onde ofereciam abrigo e proteção no sistema de internato.

A educação especial no Brasil foi se ampliando lentamente e foram criados institutos particulares. Os serviços públicos eram prestados através das classes especiais oferecidas no ensino regular. Somente no ano de 1996 foi organizada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/06 (BRASIL, 1996), que trouxe inovações para educação especial, garantindo igualdade e condições para o acesso e permanência de crianças com necessidades especiais no ensino regular.

A política de educação inclusiva, no Brasil, está embasada na Declaração de Salamanca, elaborada pela Conferência Mundial de Educação Especial que ocorreu em 1994 na Espanha, onde esta declara que todos os alunos devem ter a possibilidade de

integrar-se ao ensino regular, mesmo aqueles com deficiências sensoriais, mentais, ou cognitivas.

Há cerca de mais de uma década, o Brasil é cenário de discussões sobre a inclusão. Mas, ainda se encontram nos primeiros passos para a efetivação da proposta. O primeiro impasse está na mudança de perspectiva que teria que operar na escola, de modo que a mesma pudesse rever suas bases de entendimento e constituição de si mesma que a direcionam para o desenvolvimento do homem moderno através do aluno ideal.

Conforme Rodrigues (2007), o homem moderno passou a necessitar da educação formal para aprender os padrões normais de comportamento acadêmicos e científicos que passam a ser vistos como sociais. A escola surgiu para dar conta dessa demanda. Ela apareceu para formar os homens comuns e devolver à sociedade os homens civilizados.

2.3 A Gestão Escolar e a Educação Inclusiva

Há anos o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial, trabalha a questão da inclusão, especialmente voltada para as crianças com necessidades especiais associadas a algum tipo de deficiência e, atualmente, temos a visão de que a educação especial não é responsabilidade apenas de uma secretaria e de um ministério, é responsabilidade de todo sistema de ensino, e a inclusão não deve ser apenas educacional, mas também social. Para que isso aconteça é necessário suprir algumas necessidades que procurarei apresentar no decorrer deste trabalho.

De acordo com Lück (2006), planejar a educação é parte essencial da reflexão sobre como realizar e organizar o trabalho escolar, o que significa encarar os problemas dessa instituição e do sistema educacional como um todo, compreendendo as relações institucionais, interpessoais e profissionais nela presentes, avaliando e ampliando a participação de diferentes atores em sua administração, em sua gestão, assumindo-a enquanto instância social de contradições, propícia ao debate construtivo e, sobretudo, enquanto entidade que tem por principal tarefa propiciar aprendizagem e formar cidadãos.

A gestão da educação brasileira tem apresentado, nas últimas décadas, uma tendência pela atuação no planejamento, implantação e implementação de ações voltadas ao desenvolvimento dos processos sócio-político-educacionais das instituições de ensino. O significado de gerir a escola vai muito além da mobilização dos sujeitos, pois implica a definição das metas educacionais e posicionamento frente aos objetivos educacionais, sociais e políticos, em uma sociedade complexa. O aspecto pedagógico consiste, portanto, em formular objetivos sociopolíticos e educativos e implantar modos de organização metodológicas, para direcionar, de forma consciente e planejada o processo educacional. Portanto, o processo educativo inclui o conceito de direção que destaca a ação significativa do diretor da escola na gestão do trabalho educativo: elementos como a participação, o diálogo coletivo, a autonomia, a eleição direta do diretor da escola, são práticas que pressupõem uma gestão democrática.

Pelo que se pode observar, no dia a dia escolar, a educação é um trabalho de equipe, de que participam não só os professores, mas também o diretor e demais funcionários da escola. É um trabalho conjunto, que se torna tanto mais produtivo quanto mais a equipe for capaz de trabalhar entrosadamente e esse entrosamento é basicamente uma questão administrativa, mas não é necessariamente um problema apenas do administrador; todos podem e devem participar do esforço de coordenação.

Acredita-se que a gestão educacional se dá sobre bons procedimentos de administração bem resolvidos e os supera mediante ações de sentido mais amplo, maior compromisso com processos sociais e, aos gestores educacionais e escolares, competem tais perspectivas e respectivos processos, de modo a desenvolverem sua competência para liderarem a unidade sobre a qual têm responsabilidade.

Ao reconhecermos que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola, através da gestão democrática, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresentou uma Política Nacional de Educação Especial, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos, onde constam projetos para suplementar, implementar e implantar as políticas de educação especial, e essas políticas buscam a inclusão de todas as crianças (BRASIL, 1994). Para isso, acredito que a educação inclusiva não pode mais ser vista como uma questão paralela, como um segmento afastado do sistema. Hoje, a educação especial está mais presente do que nunca, pois se trabalha a diversidade escolar e a pluralidade. Todos os alunos devem ser inseridos o mais cedo possível dentro do sistema.

De acordo com o documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, (BRASIL, 1994, p.12), a educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular e, para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado.

Para assegurar a implementação das políticas públicas, a formação do professor deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando a acessibilidade arquitetônica, aos atendimentos de saúde, à promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça.

Os sistemas de ensino devem organizar as condições de acesso aos espaços, aos recursos pedagógicos e à comunicação que favoreçam a promoção da aprendizagem e a valorização das diferenças, de forma a atender as necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade deve ser assegurada mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, na edificação, incluindo

instalações, equipamentos, mobiliários e nos transportes escolares, bem como as barreiras nas comunicações e informações.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma reforma educativa. É uma reforma que pretende inovar práticas e modificar valores inerentes à escola pública tradicional. Esta modificação vai no sentido de desenvolver valores educacionais e metodologias de ensino que permitam a alunos com diferentes capacidades aprender em conjunto, sem serem separados. Rodrigues (2007, p. 52), assim define a educação inclusiva:

[...] reforma educacional que promove a educação conjunta de todos os alunos, independentemente das suas características individuais ou estatuto sócio-econômico, removendo barreiras à aprendizagem e valorizando as suas diferenças para promover uma melhor aprendizagem de todos”.

Podemos, assim, considerar que a educação inclusiva abrange todos os alunos que frequentam a escola, de forma a permitir que a escola seja para cada um e para todos.

Em 2006, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, estabelecida no âmbito das Nações Unidas, proclamava que:

[...] os Estados reconhecerão o direito de todas as pessoas com deficiência à educação. Com vista à efetivação desse direito sem discriminação e com oportunidades iguais, os Estados membros assegurarão um sistema de educação inclusiva em todos os níveis, e de aprendizagem ao longo da vida [...], (art.24-NAÇÕES UNIDAS, 2006, p.17)

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar os profissionais habilitados necessários para atuarem com essa demanda, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidades de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

O fortalecimento da gestão escolar passa pelo estabelecimento de um processo de integração efetivo entre escola e comunidade. Essa integração é fundamental para

as mudanças na organização social, nas relações familiares e no próprio papel da educação na sociedade.

2.4 A Importância da Inclusão Educacional e a Realidade Escolar

A Gestão Escolar tem papel fundamental na implementação da educação inclusiva porque, além de contribuir para a socialização de alunos com necessidades especiais, favorece a um melhor desenvolvimento físico e psíquico dos mesmos, beneficiando também os demais alunos que aprendem a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças. Todos os alunos saem ganhando ao receber uma metodologia de ensino individualizada e ao dispor de mais recursos.

Na Educação Inclusiva serão também obedecidos os princípios de igualdade de viver socialmente com direitos e deveres instituídos pela sociedade. É exigida uma maior competência profissional, projetos educacionais bem elaborados, currículos adaptados às necessidades dos alunos, surgindo, conseqüentemente, uma gama maior de possibilidades de recursos educacionais.

Este novo paradigma educacional na Gestão Escolar procura fazer com que todos os alunos com deficiência, independentemente do comprometimento, tenham acesso à educação de qualidade, prioritariamente, na rede regular de ensino, procurando a melhor forma de desenvolver suas capacidades.

O modelo de inclusão procura romper com crença cristalizada pelo paradigma que o antecedeu: o da integração, baseado em um modelo médico, onde a deficiência deveria ser superada para que o aluno chegasse o mais perto possível do parâmetro normal, vendo os distúrbios e as dificuldades como disfunções, anomalias e patologias. Esse tipo de visão tinha preceitos que segregaram as diferenças, norteando-se pelo princípio da normalização, que privilegiava aqueles alunos que estivessem mais preparados para inserir-se no ensino regular, ou seja, a tese defendida era a que quanto mais próximo da normalidade, mais o aluno estaria em condições de frequentar o ensino regular. (MAZZILLO, 2008, p.29)

Portanto, a inclusão busca derrubar este tipo de visão, defendendo a idéia de que o ensino se constrói na pluralidade e na certeza de que os alunos não são, em qualquer circunstância, capazes de construir sozinhos seus conhecimentos de mundo. O processo de aprendizagem se funde na interação, a partir da qual desenvolve uma forma humana e significativa de perceber o meio.

Apesar de garantida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, a filosofia da inclusão não se consolidou na forma desejada. É preciso, antes de qualquer ponto, que os gestores educacionais se adaptem a este novo processo, entendendo que há necessidade de um novo olhar para as pessoas com necessidades educacionais especiais. É importante que sejam revistos os conceitos e preconceitos existentes, para que seja possível a elaboração de um trabalho educacional de qualidade.

A Educação Especial foi tradicionalmente concebida como destinada a atender o deficiente mental, visual, auditivo, físico e motor, além daqueles que apresentam condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos e psiquiátricos.

Também estariam inseridos nessa modalidade de ensino os alunos que possuem altas habilidades e superdotação.

Em uma nova abordagem, que tem por meta a inclusão, a Educação Especial atende a uma variedade de casos bem maior. Não estão envolvidos nela apenas os estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem relacionadas a condições, disfunções, limitações e deficiências. Dessa forma, precisam ser incluídos também aqueles que têm, por exemplo, dislexia, problema de atenção ou emocionais, de memória e também os devidos a fatores sócios econômicos.

Nesse caso, estariam as crianças que sofrem com a desnutrição. Olhando desse modo, pode-se dizer que toda sala de aula, por um motivo ou outro, é local de inclusão. E os professores, de modo geral, precisam praticar o respeito e a tolerância, que só nascem quando se entende que o normal é ser diferente.

Todos têm limitações e capacidades, e é papel da escola ensinar e praticar o respeito às diferenças dando oportunidades a crianças, jovens e adultos de reconhecer seus limites e dos colegas. E, acima de tudo, destacar o que há de bom em si e nos outros.

2.4.1 Resignificando conceitos e práticas da educação especial

O projeto da educação inclusiva, analisado do ponto de vista histórico e conceitual, não pode nem deve ser definido como um movimento passageiro ou como mero modismo.

Na dimensão individual a criança com necessidades especiais não é uma criança ontologicamente deficiente, porém uma criança como todas as demais, com particularidades definidas na sua aprendizagem. Não é uma criança marcada pelo déficit, porém alguém que reúne uma série de atributos que podem pesar favoravelmente para uma aprendizagem significativa e eficaz.

Pelo que pude observar, através dos estudos, é necessária uma revisão conceitual da representação construída ao longo de muitos anos, da pessoa com deficiência e que devemos evitar definições ontológicas porque a deficiência é uma situação de vida que, ainda que constituindo um estado permanente, não deve definir os atributos individuais.

Do ponto de vista institucional, a influência do pensamento clínico significou a edificação de um sistema educacional paralelo ao sistema de educação formal das crianças ditas normais.

O problema crucial não reside apenas na representação social que se verifica na sociedade, mas nas posturas concretas que se verificam socialmente, ou seja, com frequência assistimos a uma práxis social limitadora, subjugadora e castradora dos potenciais humanos e funcionais das pessoas com necessidades especiais. Muitas delas poderiam desenvolver e adquirir uma maior autonomia pessoal, social e profissional, porém isto não ocorre devido aos controles e cerceamentos sociais.

Neste sentido, o ser humano com limitações orgânicas é socialmente interpretado como incompleto e funcionalmente deficitário. Conforme Vygotsky (1997), a deficiência orgânica tem sua melhor e mais cabal leitura como uma deficiência social.

O grande obstáculo, quando pensamos na criança com necessidades especiais, situa-se no isolamento frequente que vivencia na família, na vida escolar ou na vida em sociedade. O isolamento, na ótica vygotskiana, não constitui apenas um problema social ou ético, porém representa uma faceta psicossocial muito delicada. A

vulnerabilidade psicológica decorrente do isolamento social deve-se à premissa vygotskiana nuclear da necessidade da dinâmica sociogênica para o desenvolvimento infantil sólido.

Por isso, Vigotsky (1997), opõe-se ao envio sistemático das crianças com deficiência para as escolas especiais. Ele vai mais longe, criticando, em princípio, o projeto pedagógico destas escolas que teriam uma orientação demasiadamente terapêutica, tendo como resultado o afastamento da criança do ensino regular. Ele sempre combateu uma proposta de formação de grupos com igualdade nos perfis, particularmente quanto a critérios de desempenho intelectual e acadêmico. Para ele, seria através dos variados contornos individuais que as trocas psicossociais se tornariam enriquecedoras e contribuiriam para o crescimento de cada um no grupo.

Conforme Rosa (2008), o conceito de inclusão defende a ideia de que todas as crianças podem aprender e fazer parte de uma vida escolar e comunitária. Há uma valorização das singularidades e uma visão positiva em relação a estas como oportunizadoras de novas aprendizagens. Criar uma realidade inclusiva resulta na mudança de toda a sociedade para que esta possa atender as necessidades de cada indivíduo.

Por fim, a prática educativa com os alunos com necessidades especiais demanda muitas revisões por parte dos educadores, tanto as de natureza pragmáticas, como as de natureza teórica. É a aproximação entre teoria e prática que pode qualificar a educação de qualquer grupo de alunos.

2.4.2 As alterações na organização escolar para a educação inclusiva

Pela minha vivência escolar, a preocupação principal deve ser a de remover as barreiras que, de forma muitas vezes escondida, existem na escola e que se tornam intransponíveis, quando se trata de acolher um aluno com dificuldades. São barreiras oriundas das condições de acessibilidade, da organização escolar e do currículo.

Não existe nada de muito novo em termos de acessibilidade a espaços públicos. Quase todos os países têm legislação e conhecimento sobre a forma como devem ser

construídos e adaptados os locais e equipamentos públicos de forma a serem acessíveis.

A organização da escola, no que se refere a horários, instalações, serviços de apoio, refeições, biblioteca, etc, pode constituir empecilhos e barreiras para o aluno com dificuldades. Não se devem confundir estas barreiras com o imprescindível empenho e trabalho que os alunos precisam dedicar à aprendizagem. Remover barreiras à aprendizagem não significa conceber a aprendizagem como “fácil” ou “divertida”; significa que devem ser removidos do processo de aprendizagem.

Precisamos que o currículo escolar seja visto não como um conjunto fechado, mas como um documento aberto e flexível. O conjunto dos professores deve trabalhar no sentido de encontrarem objetivos e estratégias que melhor sirvam a cada grupo de alunos. Sem alterações substanciais no currículo da escola será quase impossível a inclusão de um aluno com necessidades especiais.

Os recursos materiais são frequentemente importantes para poder responder com qualidade à diversidade dos alunos. Um exemplo destes recursos material é os meios informáticos que permitem, em alguns casos diminuir sensivelmente os problemas que a deficiência coloca à escolarização. Outro exemplo seria a existência de material adequado à estimulação do desenvolvimento psico-motor. São precisos mais recursos materiais para aumentar a confiança e a diversidade de respostas que a escola pode dar às necessidades educacionais especiais.

O acréscimo de recursos humanos é também importante para o desenvolvimento de uma política de educação inclusiva. As escolas, para poderem responder competentemente à diversidade dos alunos, necessitam de dispor de recursos que as possam tornar concorrenciais com o nível de atendimento das escolas especiais. Para atender a diversidade de competências e necessidades é necessário que a escola possa contar com outros técnicos, tais como fonodólogos, fisioterapeutas, psicomotricistas, psicólogos, entre outros. A integração desses técnicos deve ser cuidadosamente planejada, de modo que seu trabalho possa constituir mais valia para o processo educativo dos diferentes alunos.

O princípio da educação inclusiva exige intensificação na formação de recursos humanos, garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógicos especializados para assegurar o desenvolvimento dos alunos. A formação e a capacitação dos profissionais docentes e de apoio são fundamentais para o ensino que atende diferentes especificidades educativas especiais.(ROSA, 2008, p.277)

Em resumo, todos os membros da escola, alunos, professor, pessoal administrativo e equipe de funcionários requerem ajuda. A responsabilidade de dar apoio a um membro companheiro da escola pode ser dada por cada pessoa da escola. Assim sendo, todo membro da escola pode ter ajuda quando necessário for e pode-se desenvolver um respeito mútuo, interesse e responsabilidade para com o outro, também confiança nas suas próprias habilidades.

2.5 O Preconceito com a Diversidade e a Formação do Profissional

As transformações na vida cotidiana das pessoas são um fato notável num mundo em constantes mudanças e que provocam desafios a respeito da vida do ser humano. Produzir e socializar conhecimentos, transitar através das emoções pelas relações interpessoais e mover-se corporalmente pelos espaços da vida cotidiana se constitui em pensamentos e ações. O homem é quem faz a história, pois é nela que encontramos a essência do gênero humano e a continuidade de valores estabelecidos na heterogênea estrutura de uma sociedade.

Na sociedade ocorrem, colisões de valores de esferas heterogêneas que se desenvolvem de modo desigual. O homem orienta-se nesse complexo social através de normas, conceitos e preconceitos. Este continua presente na sociedade brasileira, principalmente com pessoas portadoras de necessidades especiais. Ser diferente dos padrões denominados “normais” para a sociedade provoca nas pessoas manifestações diversas, expressas por ações frente às emoções quer pela forma de olhar, quer pela forma de agir ou até, pelo silêncio. Os preconceitos que transitam hoje, ainda, pelo cotidiano da pessoa portadora de deficiência constituíram-se no decorrer da história e continua sendo construído pelo ser humano individual. Também, o preconceito impede

a integração do indivíduo em sociedade e que sejam reveladas as propriedades e qualidades da pessoa.

Construídos os preconceitos, a tendência é a sua generalização, dificultando a leitura da realidade do ser humano e de sua singularidade. Os preconceitos são moralmente negativos, o que não quer dizer que ter um preconceito define o homem como imoral, pois isso depende da relação da individualidade com a totalidade, das conseqüências e das motivações dos preconceitos. São sempre negativos porque impedem a autonomia do homem, diminuem sua liberdade diante do ato de escolha. Os preconceitos surgem na estrutura da vida cotidiana em face da ideologia hegemônica produzidos pela classe dominante.

Para superar os preconceitos, o homem deve assumir riscos do erro, deve confiar nos ideais e nas convicções. Novas formas de pensamentos e ações possibilitariam o crescimento da sociedade com novas descobertas e novos desafios. A viabilidade da inclusão dos alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino é um desafio para a escola e sociedade em geral. A integração escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas, segundo as habilidades e performances dos alunos. A integração escolar é vantajosa para todos porque propicia a renovação do sistema educacional pela incorporação da diversidade das experiências humanas, mas para isso, é preciso fomentar modalidades educacionais condizentes com as necessidades e interesses dos educandos e isso só será possível através de uma Gestão Escolar comprometida com essa demanda de alunos, que tenha o olhar voltado ao ser humano.

De acordo com o projeto de extensão “Educar na diversidade: um processo básico para o exercício da cidadania”, realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, teve como princípios norteadores duas áreas da educação: sexualidade e inclusão, todavia, no decorrer das atividades, foram inseridas motivação e auto-estima, para auxiliar educador no desenvolver dos trabalhos nas áreas citadas acima, pois além do domínio cognitivo é necessária a inteligência emocional, ampliando a capacidade de conhecer e relacionar consigo mesmo e com o outro, repensando seus valores, preconceitos e tabus, para que possam desenvolver um trabalho de compreensão e aceitação do outro. Os públicos alvos do projeto eram os educandos,

educadores, pais e comunidade em geral, este projeto teve início da carência e do desejo da própria sociedade em discutir temas polêmicos e de pouco consenso. Para Brandão (1984, p.49):

... a ligação entre o direito à educação escolar e a democracia terá a legislação como um de seus suportes e invocará o Estado como provedor desse bem, seja para garantir a igualdade, seja para, uma vez mantido esse objetivo, intervir no domínio das desigualdades, que nascem do conflito da distribuição capitalista da riqueza, e progressivamente reduzir as desigualdades.

O projeto vem desenvolvendo atividades, levando em consideração o ser humano em todas as suas dimensões bio-psicosocial, respeitando a diversidade e aceitação do outro, com seus desejos, limites e possibilidades. Segundo os organizadores do projeto, quando se fala em diversidade, também se referem ao diferente fisicamente, esteticamente, aquele que possui necessidades especiais, que sofre com o preconceito e com a discriminação, que não só é vítima da injustiça social, mas de seu próprio corpo. Por isso, a educação inclusiva deve ser considerada como um tema a ser trabalhado de forma transversal, por todos os professores, em todas as disciplinas, pois se trata não de conteúdo específico, mas de valores humanos, de respeito ao outro, de tolerância, de um exercício da cidadania.

Segundo Sasaki (1997, p.102):

A inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular, contribuirá decisivamente para a melhoria da qualidade de todo o sistema escolar e o surgimento de um espaço escolar que possibilite o acesso ao conhecimento, às relações sociais e às experiências culturais variadas.

Para o mesmo autor, a inclusão é um processo de reformas profundas do sistema escolar para atender melhor a todos os alunos. Assim, é possível constatar a necessidade urgente de preparar, não só os professores, mas todos aqueles que atuam no ensino fundamental e médio, onde a presença de alunos com necessidades especiais já é uma realidade, apesar do atendimento a estes alunos, ser ainda bastante inadequado.

A escola é o espaço fundamental para que esse processo de inclusão possa realmente se concretizar. A escola é espaço de alteridade, nele está presente à

diversidade, reflete a condição de cada ser humano: único, diferente. No entanto, a diferença parece incomodar.

...aquilo que contamina a pretensa pureza, a suposta ordem, a presumida perfeição do mundo; ...uma mancha do mundo, na medida em que os diferentes teimam em não se manterem dentro dos limites nítidos, preciosos, com os quais o iluminismo sonhou geometrizar o mundo. A diferença entendida como aquilo que, sendo desviante e instável, estranho e efêmero, não se submete à repetição mas recoloca, a todo o momento, o risco do caos, o perigo da queda, impedindo que o sujeito moderno se apazigüe no refúgio eterno de uma prometida maioria.

(HURTADO, 1992, p.107)

Muitas escolas têm se preocupado com o modo de lidar com as desigualdades que se apresentam concretamente nos espaços escolares, com certeza estes estão pensando em realizar um trabalho de qualidade. Para isso, seriam necessários estudos dos profissionais de educação, onde os conhecimentos lhe passassem segurança e que os ajudassem a entender a inclusão, questionar conceitos de “deficiência” e “aprendizagem”. A inclusão começa por se aceitar a alteridade, por entender as deficiências ou diferenças no contexto onde se manifestam. Esse não é um processo solitário; passa por projetos político-pedagógicos claros, construídos coletivamente. Os sistemas educacionais precisam abraçar esta causa e, juntamente com as universidades, discutir propostas de capacitação e especialização de educadores que, mais do que executar pense os processos. Somente assim, a inclusão começará a fazer realmente parte do espaço escolar.

A formação do professor é sem dúvida muito importante no processo da inclusão. Por experiência própria, sei que não é fácil atender a todos e respeitar as diferenças e as individualidades. O contexto escolar é o espaço em que as diferenças estão presentes e, por isso o professor deve se preparar para atender as necessidades. Essa preparação poderia ser através de estudos contínuos, especialização, cursos, seminários que auxiliassem o professor em seu dia-a-dia, em seu trabalho. Já não é sem tempo de começar nas escolas os estudos sobre inclusão, a realidade bate a nossa porta, no entanto, é preciso saber o que realmente está sendo proposto para as escolas de ensino regular, como também, conscientizar e aceitar as diferenças.

A escola resgata a auto-estima da pessoa, valorizando-a, orientando-a e confortando a família. O modo como o professor vai receber o aluno com necessidade especial, vai fazer toda a diferença, para o aluno e para a família. A relação da família e o ambiente escolar são fundamentais no processo de desenvolvimento físico e estruturação psíquica dos indivíduos, além de estabelecer a regulação necessária entre os membros do conjunto familiar, entre si e com o meio social. As conseqüências de uma falta de orientação à família desde os primeiros momentos em que o comprometimento foi identificado podem ser trágicas. A família necessita de apoio e orientação para compreender as grandes dificuldades que o filho precisa superar diante de uma educação formal. Muitos pais, na tentativa de poupar seu filho, postergam a educação formal ou não investem com persistência para que o filho valorize a educação em escolas de ensino regular. A importância de ter a família como referência para o investimento do processo inclusivo decorre dessa forte relação estabelecida entre pais, filhos e escola para o desenvolvimento da criança ou do adolescente. Desse modo, o professor especializado saberá contribuir de melhor forma na interação do indivíduo na escola e na sociedade.

Segundo a atual lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9394/06, no sentido de construir uma escola básica inclusiva, significa, em primeiríssimo lugar, um esforço gigantesco, a ser perseguido tenazmente, de preparação de recursos humanos. A preparação dos professores já em exercício é, sem dúvida, uma responsabilidade das entidades mantenedoras das redes de escolas. A formação dos contingentes de futuros professores é uma responsabilidade a ser compartilhada entre o Estado, a comunidade e as agências formadoras. É urgente a explicitação de uma política de formação de professores em bases diferentes das até agora costumeiras, mediante priorização da área de formação específica para o magistério e a superação do “bacharelismo”. Essa tarefa não é e continuará, não sendo fácil, em determinantes culturais que a condicionam.

Pelo que se pode observar, uma política de formação continuada implica a constituição de uma rede de instituições especialmente incumbidas nessa tarefa, disponíveis para o assessoramento às escolas na realização de cursos internos ou descentralizados; implica, ainda, uma política de valorização, nos planos de carreira, de

participação nessas oportunidades de formação, mediante o estabelecimento de parâmetros de participação mínima aceitável. À entidade mantenedora da escola cabe provê-la dos recursos humanos necessários para que possa cumprir seu papel de escola inclusiva, alocando “professores especializados em educação especial” em número necessário e suficiente para a realização de um trabalho de qualidade.

Com certeza, o processo inclusivo não é nada fácil, pois representa um novo paradigma que revoluciona a educação e compreende um processo bastante complexo, que exige, além de um tempo real de implementação, sobretudo, um investimento no sentido de amadurecimento das idéias, das percepções e dos sentimentos dos sujeitos envolvidos na educação inclusiva. Trata-se de uma profunda mudança no meio escolar, especialmente à filosofia da escola tradicional, na qual o êxito aparece atrelado em termos de resultado mais quantitativo do que qualitativo na avaliação do aluno e, conseqüentemente, também no todo da estrutura escolar. A proposta de implementação deve estar devidamente representada em todos os setores da escola, bem como presente entre os professores, que, em razão da proximidade com os alunos, vivenciam de modo integral o processo através de seu manejo das atividades junto a esses. Tornando-se desse modo atores fundamentais no que se refere à responsabilidade em dar suporte ao andamento do processo.

2.6 A Ação da Família como Fator Determinante de Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais

De acordo com Oliveira (2002,p.76) , “refletir a educação de alunos com necessidades especiais resulta em resgatar o sentido da verdadeira inclusão”, mesmo tendo consciência que provocará discussões e divergências, já que a educação inclusiva atual não apresenta devidas situações de ensino-aprendizagem adaptadas, a não ser as aplicadas usualmente para a grande maioria dos educandos, de todas as situações comuns de ensino.

Ao considerarmos que a pessoa com necessidades especiais faz parte de uma família, e que as figuras do pai e da mãe são de importância fundamental para o

desenvolvimento de qualquer indivíduo, especialmente àqueles com necessidades especiais pensamos na possibilidade de conhecermos e analisarmos e a sua aceitação por parte de seus progenitores.

Segundo Amiralian (1986, p,45), a família não é apenas um fenômeno natural. É uma instituição social que varia ao longo da história ou que apresenta formas e finalidades diversas numa mesma época e em um mesmo lugar. Ela é a unidade social básica e a origem dos primeiros contatos sociais e físicos para o bebê. Sendo assim, cabe-lhe a importante tarefa de conduzir a criança no desempenho de vários papéis sociais durante o processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento humano e o desempenho escolar parecem não depender só da escola e dos professores, mas também do relacionamento entre pais e filhos, pais e escola, pais e professores. Neste sentido Hamachek (1979, p.195) diz:

Não é difícil ver como um pai pode influenciar negativamente os sentimentos de um jovem a respeito de sua capacidade de fazer o trabalho escolar devido as suas limitações especiais. Como os alunos se sentem a respeito de sua capacidade de fazer o trabalho escolar depende, em parte, de como percebem que os que são importantes para eles avaliam a sua capacidade.

Parece haver uma relação entre a forma como os pais avaliam seus filhos e o modo como as crianças avaliam a si mesmas. Crianças com elevada auto-estima, certamente têm pais que as avaliam de forma elevada.

Estudos de Kimball (1953), *apud* Hamachek (1979, p.195), “mostraram que a falta de aceitação geralmente conduz à baixa segurança e à alta dependência, ambos impedindo a realização do potencial da pessoa”.

Os pais, de modo geral, parecem estar preparados para terem filhos com necessidades especiais, e nem a sociedade tem estrutura para vencer as barreiras do preconceito. O que se constata são esforços isolados de pessoas e algumas instituições sociais, e de uma minoria de pais que real e conscientemente aceitam o seu filho com necessidades especiais como pessoa normal. Podemos dizer, a partir da convivência adquirida que a verdadeira aceitação somente ocorre quando se consegue aceitar a pessoa como ela é, com suas dificuldades, necessidades, prioridade e especialmente, potencialidade.

Com este pressuposto, considera-se que a ação da família é determinante para a inclusão dos alunos com necessidades especiais na sociedade e mais especialmente na escola, para tanto, segue-se uma série de reflexões que indicam as dificuldades ainda a serem superadas. A falta de informação das famílias é muitas vezes um empecilho para a melhoria das condições de vida destas crianças com necessidades especiais, pois além dos dogmas sociais e religiosos, há a questão econômica que deve ser considerada, pois numa sociedade capitalista, onde a concentração de renda é um determinante econômico negativo, observa-se que a grande maioria da população vive em condições financeiras precárias, cabendo então aos gestores educacionais promoverem nas suas ações administrativas e pedagógicas, meios que permitam às famílias dos educandos meios para compreensão ampliada da realidade, instigando uma ação consciente na busca da formação plena dos educandos. Como se pode perceber há uma série de entraves a serem superadas nos aspectos morais, sociais e econômicos, no entanto, é necessário e inevitável este comprometimento da família e escola para efetivar uma ação que beneficie estas crianças, que são merecedoras de toda atenção e empenho destas instituições.

A partir das recentes modificações da proposta educacional para este público alvo, baseada nos pressupostos teóricos da Declaração de Salamanca (1994), que se apresenta como perspectiva política à inclusão de toda e qualquer criança no ensino regular, independente de suas condições físicas ou de sua origem social ou cultural. Dentro desta perspectiva e da própria Declaração de Salamanca, observa-se a necessidade de interação entre família e escola, cabendo a esta última revelar as características culturais da família, o meio em que vivem bem como as aspirações e expectativas em relação à instituição escolar. Esta intrínseca relação só se efetiva à medida que se legitimem espaços propícios para tal interação, assumindo as responsabilidades que cabem a cada instituição, como demanda a Declaração de Salamanca (1994, p.5):

...ao mesmo tempo em que as escolas inclusivas provêm um ambiente favorável à aquisição de igualdade de oportunidades e participação total, o sucesso delas requer um esforço claro, não somente por parte dos professores e dos profissionais na escola, mas também por parte dos colegas, pais, famílias e voluntários.

Quando se trata de relacionamento escola e família não se podem deixar de refletir a respeito das dificuldades que por inúmeras vezes afetam negativamente esta interação. Nesta ação de aproximação da família junto à escola, é necessária também conscientização coletiva, a respeito da importância da inclusão para estes alunos com necessidades especiais, seus benefícios para seu desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo. Partindo desta conscientização inicial, é importante ouvir a opinião destas famílias nos processos decisórios da escola, na elaboração e planejamento das metas educacionais administrativas e pedagógicas a serem previstas no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, efetivando uma prática pedagógica coerente com as aspirações e necessidades da totalidade dos alunos, valorizando suas experiências anteriores, enfocando as possibilidades de crescimento ao contrário das práticas tradicionais que objetivam um rendimento uniforme, pois quando se trata de planejamento coletivo é imprescindível considerar as diferenças como ponto de enriquecimento no educativo.

Para os educadores, a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, é antes de mais nada, um imenso desafio. Se, por um lado, é um objetivo a ser alcançado e faz parte de um projeto de inclusão social mais amplo, por outro, reveste-se das dificuldades postas pela cultura, pela sociedade, que articula e sustenta as grandes separações.

Pensar implica em produzir e articular conceitos. Uma das grandes ideias científicas, não só no século XX, mas da história da ciência, conforme Mello (2005, p.104):

o princípio da incerteza representa um sólido princípio do dia-a-dia. Não podemos pedir ao mundo para ser exato... As coisas permanecem toleravelmente semelhantes a si mesmos. O aporte que o princípio da incerteza traz para nós, construtores de mundo, é a abertura de caminhos para diferentes realidades, de ciência, de beleza, de arte, dando suporte para articulação dos saberes que convivem e se alimentam das transformações e metamorfoses do conhecimento.

A incerteza é um ingrediente básico da complexidade. Complexidade como a possibilidade de lidar com a dificuldade de pensar. Esse afrontamento da clareza

conceitual exige uma postura frente a si mesmo, frente ao conhecimento e frente ao mundo que não deseja descobrir uma palavra-mestra, mas que seja capaz de dialogar com mistério. O conhecimento deve negociar com a incerteza, numa relação dialógica que insita ao pensamento complexo, pois “só é real a conjunção da ordem e da desordem” (GIROUX, 1997, p. 38) e o problema de todo o conhecimento moderno é conceber essa conjunção.

Pergunta-se então, como a educação foi afetada na própria função de ensinar e de aprender por todas essas rupturas que atingiram o coração do que se acreditava ser o conhecimento e a verdade? Acredito que seja na forma de olhar para si mesma, de construir-se como ciência, de produzir conhecimento mais incerto, mais humilde e com a ruptura das certezas, das verdades prontas e acabadas.

De acordo com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos – UNESCO (1990), o conhecimento se constrói e se situa num campo de possibilidade que avança à medida que se amplia seu objetivo, se alastra e se ramifica, buscando renovadas e variadas interfaces. A educação é um permanente movimento desses olhares – para dentro e para fora – conspirativos, construtivos. Há especificidades no ato de ensinar, que implicam uma relação assimétrica (do ponto de vista do conhecimento) mas heterogênea e complexa no âmbito das relações que se produzem, que são da ordem do encantamento, do fascínio, do deslumbramento. Ensinar é tocar o aluno, viajando com ele, onde razão e fantasia completam o sonho, o imaginário; ensinar é perturbar o estável, o igual, estimulando e alertando para outras facetas dos fenômenos, incentivando o trânsito por novos horizontes. A educação é um caminho e um percurso, com determinações e oportunidades de escolha, com parâmetros e iniciativas, acertos e erros, que vão se incorporando em quem ensina e em quem aprende.

A mesma “Declaração”, citada no parágrafo anterior, diz que é preciso valorizar as peculiaridades de cada aluno, atender a todos na escola, incorporarem a diversidade, sem nenhum tipo de distinção. Nunca o tema da inclusão de crianças deficientes esteve tão presente no dia-a-dia da educação e isso é uma ótima notícia. E não se trata apenas de admitir a matrícula desses meninos e dessas meninas – isso nada mais é do que cumprir a lei. O que realmente vale (e, felizmente, muitos estão fazendo) é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas na sala de aula,

adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa. Mudar é difícil, mas compensa. Essa mudança é simples? É claro que não. Na verdade, as famílias dessas crianças agora é que estão participando mais da vida escolas dos filhos, principalmente, batalhando pelo cumprimento dos direitos assegurados pela legislação. A inclusão é um processo cheio de imprevistos, sem fórmulas prontas e que exige aperfeiçoamento constante.

A família tem que fazer parte da escola e fazer dela uma extensão de sua casa. Pais interessados pelos avanços dos filhos devem, a nosso ver, participar da escola, não apenas para saber dos progressos, mas tomar parte de forma integrada, num processo permanente de ação efetiva da vida escolar. Sempre que se fizer necessário, procurar a identificação das possíveis dificuldades relacionadas aos estudantes sejam elas psicológicas ou ambientais, para desenvolver, juntos, trabalhos direcionados aos pais, cujo intuito é o de perceber e ampliar a participação e o envolvimento da família na formação do educando junto à escola. Os pais podem assessorar a equipe diretiva, desenvolvendo projetos e trabalhos pertinentes aos diversos setores.

Se a parceria entre família e escola for formada desde os primeiros passos da criança, todos terão a lucrar. A criança que estiver bem vai melhorar e aquela que tiver problema receberá ajuda tanto da escola quanto dos pais para superá-los.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em Educação, especialmente a qualitativa, tem produzido muitos resultados e encontra-se num patamar de maturidade, correspondendo às necessidades dos processos educativos. Toda metodologia só tem sentido se envolver oportunidades de ação-reflexão-ação, na construção de uma educação crítica e comprometida com a transformação social.

Pesquisa é um, procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos [...] ao longo de um processo que envolve inúmeras fases, desde a adequada formulação até a satisfatória apresentação dos resultados (GIL, 1996).

A presente pesquisa foi bibliográfica e de caráter qualitativo, desenvolvida primeiramente pela escolha do tema, considerado de grande relevância no contexto educacional. Em seguida, foi feito o levantamento bibliográfico de autores que abordam sobre a inclusão escolar de crianças com necessidades especiais; realização de leituras, fichamento das obras e redação do aporte teórico, resgatando o verdadeiro sentido da inclusão educacional e seus paradigmas, revendo a função social da escola e a participação da família no processo de inclusão, através de uma gestão escolar de qualidade.

No decorrer da pesquisa, constatei que fui muito feliz na escolha do tema “Gestão Escolar e Família: Fatores determinantes para a inclusão Escolar”, pois esse é um assunto bastante abordado em âmbito educacional e social. Durante a pesquisa tive o privilégio de estar próxima da realidade do tema proposto, vivenciados no cotidiano de trabalho.

Pude perceber, através da pesquisa bibliográfica, a importância de um estudo mais aprofundado daquilo que julgamos conhecer. Na medida que as leituras sobre inclusão escolar de alunos com necessidades especiais e gestão escolar iam se sucedendo, percebi a importância de uma pesquisa bibliográfica e o quanto pode enriquecer a prática pedagógica dos profissionais em educação.

Construir práticas inovadoras de pesquisa em educação significa, além de contribuir na construção de um campo teórico-metodológico necessário para o desenvolvimento e consolidação da investigação em educação, contribuir também para a promoção teórico-metodológico necessário para a promoção da reestruturação política da pesquisa (BRANDÃO, 1981).

A pesquisa bibliográfica proporciona ao pesquisador uma visão geral do assunto proposto, apresenta proposições, analisa teorias de estudiosos, levanta questionamentos e aponta possíveis caminhos a serem seguidos para a resolução do problema de pesquisa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo verificar como a gestão escolar e a participação da família podem contribuir para a inclusão escolar. Foi possível concluir que não basta a vontade e o empenho de alguns, mas sim o esforço e a conscientização de todos no processo inclusivo educacional de alunos com necessidades especiais nas escolas, pois dessa forma estaremos contribuindo com a sociedade e oportunizando a estes novos horizontes, novos sonhos. Pelo que se pode constatar, cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar os profissionais habilitados necessários para atuarem com essa demanda, bem como de pessoal de apoio para auxiliarem nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

O fortalecimento da gestão escolar passa pelo estabelecimento de um processo de integração efetivo entre escola e comunidade. Essa integração é fundamental para as mudanças na organização social, nas relações familiares e no próprio papel da educação na sociedade.

Pelo que foi analisado, verificou-se que superar preconceitos não é algo que se consegue do ontem para o hoje e o direcionamento para a realização de uma inclusão verdadeira será viável ao possibilitar ao professor formação continuada direcionada à inclusão de alunos com necessidades especiais.

A escola precisa rever seu papel e se preparar para receber o aluno especial, qualificando professores, oferecendo um ambiente acolhedor para que este se sinta bem e que possa ter uma educação que atenda suas necessidades e o qualifique para participar da sociedade, para exercer uma profissão, contribuindo assim consigo mesmo e com os outros, é claro que, respeitando suas limitações e individualidades.

Com certeza, o processo inclusivo não é uma tarefa fácil para as escolas e, principalmente para os professores leigos nessa área, pois representa um novo paradigma que revoluciona a educação e compreende um processo bastante complexo, que exige, além de um tempo real de implementação, sobretudo, um investimento no

sentido de amadurecimento das idéias, das percepções e dos sentimentos dos sujeitos envolvidos na educação inclusiva. Trata-se de uma profunda mudança no meio escolar, especialmente à filosofia da escola tradicional, na qual o êxito aparece atrelado em termos de resultado mais quantitativo do que qualitativo na avaliação do aluno e, conseqüentemente, também no todo da estrutura escolar.

A proposta de implementação deve estar devidamente representada em todos os segmentos da escola, bem como presente entre os professores, que, em razão da proximidade com os alunos, vivenciam de modo integral o processo através de seu manejo das atividades junto a esses, tornando-se desse modo atores fundamentais no que se refere à responsabilidade em dar suporte ao andamento do processo.

Pelo que se pode observar, no dia a dia escolar, a educação é um trabalho de equipe, de que participam não só os professores, mas também o diretor e demais funcionários da escola. É um trabalho conjunto, que se torna tanto mais produtivo quanto mais a equipe for capaz de trabalhar entrosadamente e esse entrosamento é basicamente uma questão administrativa, mas não é necessariamente um problema apenas do administrador; todos podem e devem participar do esforço de coordenação.

Acredita-se que a gestão educacional se dá sobre bons procedimentos de administração bem resolvidos e os supera mediante ações de sentido mais amplo, maior compromisso com processos sociais e, aos gestores educacionais e escolares, competem tais perspectivas e respectivos processos, de modo a desenvolverem sua competência para liderarem a unidade sobre a qual têm responsabilidade.

Ao reconhecermos que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola, através da gestão democrática, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Outro fator determinante para a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular é a ação da família que, por falta de informação, é muitas vezes um empecilho para a melhoria das condições de vida destas crianças, pois além dos dogmas sociais e religiosos, há a questão econômica que deve ser considerada, pois numa sociedade capitalista, onde a concentração de renda é um determinante econômico negativo, observa-se que a grande maioria da população vive em condições financeiras precárias, cabendo então aos gestores educacionais promoverem nas suas ações administrativas e pedagógicas, meios que permitam às famílias dos educandos meios para compreensão ampliada da realidade, instigando uma ação consciente na busca da formação plena dos educandos.

Nesta ação de aproximação da família junto à escola, é necessária também conscientização coletiva, a respeito da importância da inclusão para estes alunos com necessidades especiais, seus benefícios para seu desenvolvimento físico, cognitivo e afetivo.

Partindo desta conscientização inicial, é importante ouvir a opinião destas famílias nos processos decisórios da escola, na elaboração e planejamento das metas educacionais administrativas e pedagógicas a serem previstas no Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar, efetivando uma prática pedagógica coerente com as aspirações e necessidades da totalidade dos alunos, valorizando suas experiências anteriores, enfocando as possibilidades de crescimento ao contrário das práticas tradicionais que objetivam um rendimento uniforme, pois quando se trata de planejamento coletivo é imprescindível considerar as diferenças como ponto de enriquecimento no educativo.

REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, M.L. **Temas básicos de psicologia do excepcional**. São Paulo: EPU, 1986.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília. UNESCO, 1994a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994b.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Básico. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília, 2001.
- BRANDÃO, M.L. **As bases psicofisiológicas do Comportamento**. São Paulo: EPU. 1980.
- _____. **Em campo aberto: escritos sobre a educação e a cultura popular**. São Paulo: Cortez, 1998.
- GIL, J.M.S. **A caixa de surpresas: possibilidades educativas da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HAMACHEK, D.E. **Encontros com o self**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979.
- HURTADO, C. **Educar para transformar, transformar para educar: comunicação e educação popular**. Rio de Janeiro. Vozes, 1992.
- LÜCK, H. **Gestão Educacional – Uma questão paradigmática**. Editora Vozes, 2006.

MATTOS, E. **Deficiente mental: Integração, inclusão e exclusão**. São Paulo 2002.

MAZZILLO, I. B. Costa Velho. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

MELLO, G. N. de. Et al Revista Pátio. Porto Alegre. **A melhoria da qualidade da educação básica**. ano VIII, nº 32, (Nov. 2004), p.12-13.

OLIVEIRA, F. **Dialogando sobre educação e inclusão escolar**. Buenos Aires 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque: ONU, 2006.

RODRIGUES, D. **Dimensões da Formação de Professores em Educação Inclusiva**. In: David Rodrigues (Org.) **Investigação em Educação Inclusiva**, vol.2. Lisboa: Fórum de Estudos de Educação Inclusiva, 2007.

ROSA. S. Pereira da Silva. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2008.

SASSAKI, K.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

STAINBACK, S. & STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Obras Escogidas V–Fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor, 1997.